

A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais de 2024: uma análise sobre as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político

Adelino FRANCKLIN¹

Resumo: No dia 02 de maio de 2024 teve início a greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que durou até o dia 01 de julho. Um questionamento que poderia ser realizado pelos docentes é se a greve valeu a pena ou não. Tendo em vista essa possível indagação, buscou-se responder a seguinte questão problema: o investimento (na perspectiva Bourdieusiana) de docentes na greve da UEMG de 2024 foi vantajoso? O objetivo geral foi analisar as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político durante o período de greve. Justifica-se pelo fato de que a melhor compreensão das conquistas do movimento de greve pode favorecer as lutas futuras e contínuas em prol de melhores condições de trabalho dos docentes e valorização da UEMG. A pesquisa é bibliográfica e a abordagem qualitativa. O referencial teórico são conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu. Entre as várias conquistas da greve destacou-se a manutenção da ajuda de custo em situações de licenças saúde, luto, maternidade e paternidade.

Palavras-chave: Greve, Campo Acadêmico, Capital Político.

¹ Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Passos. Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui Licenciatura Plena em História pelo UNIFEG (2004), Licenciatura Plena em Filosofia pela UFLA (2017) e Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNIFRAN (2018). Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação pela UFOP. Passos, MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3243103572002701>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0971-6374>. E-mail: adelino.francklin@uemg.br.

The 2024 Minas Gerais State University Faculty strike: an analysis of struggles in the academic field and their relations with the political field

Abstract: On May 2, 2024, the strike by teachers at the State University of Minas Gerais (UEMG) began, which lasted until July 1. One question that could be asked by teachers is whether the strike was worth it or not. In view of this possible question, we sought to answer the following problem question: was the investment (from a Bourdieusian perspective) of teachers in the 2024 UEMG strike advantageous? The general objective was to analyze the struggles in the academic field and their relations with the political field during the strike period. It is justified by the fact that a better understanding of the achievements of the strike movement can favor future and continuous struggles for better working conditions for teachers and the valorization of UEMG. The research is bibliographic and the approach is qualitative. The theoretical framework is concepts from sociologist Pierre Bourdieu. Among the various achievements of the strike, the maintenance of financial assistance in situations of health, bereavement, maternity and paternity leave stood out.

Keywords: Strike, Academic Field, Political Capital.

Introdução

No dia 02 de maio do ano de 2024 teve início uma greve de docentes na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que perdurou até o dia 01 de julho do mesmo ano. O movimento grevista gerou forte repercussão no campo acadêmico e campo político, em face das disputas pela legitimidade dos discursos sobre as suas causas e consequências.

Os conceitos de campo acadêmico e campo político utilizados nesse artigo são derivados da teoria relacional do sociólogo Pierre Bourdieu. Os campos fazem parte de um espaço social, que consiste em uma realidade invisível em que são organizadas as práticas e as representações dos chamados agentes (Bourdieu, 1996). Por sua vez, os campos são espaços de disputas entre os agentes que dele fazem parte, ocupando posições desiguais. O motivo das lutas ou disputas em um campo se deve ao fato de que nele são distribuídos poderes sobre distintas formas de capitais (econômicos, culturais, científicos, políticos...), que podem elevar a posição de agentes dentro do campo (Bourdieu, 2023).

Para esse artigo, consideramos que a UEMG possui características semelhantes ao que ocorre em um campo acadêmico, e que se relaciona com outro campo, que é o político.

Os conceitos de campo e de capitais se relacionam com o de *habitus*, que “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Bourdieu, 1996, p. 22) dos agentes, que interiorizam a realidade social na qual estão inseridos e a exterioriza a partir de sua interioridade por meio das referidas ações.

Tendo vista a perspectiva bourdieusiana, é possível questionar se o investimento de docentes na greve da UEMG de 2024 foi vantajoso. Entende-se aqui por investimento, o que Bourdieu considera como um interesse, mesmo que desinteressado, dos agentes ao aceitarem as regras do jogo dentro de um campo. É quase que um cálculo para obtenção de novos capitais que são ou podem vir a ser distribuídos. Objetiva-se, desse modo, analisar as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político durante o período de greve.

Essa pesquisa é bibliográfica, que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2010, p.

166). Nesse sentido, foram consultadas produções acadêmicas, notícias em diferentes sites institucionais e outras fontes, sobre o tema abordado. A abordagem da pesquisa é qualitativa, que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 2000, p. 79).

A precarização do trabalho docente em universidades públicas estaduais

A adoção de medidas neoliberais sobre o ensino superior brasileiro tem gerado várias implicações negativas sobre as condições de trabalho de docentes universitários, tais como: precarização, intensificação e proletarização do trabalho; produtivismo acadêmico; aumento de contratações temporárias; baixa remuneração; perda de direitos trabalhistas; redução do tempo para atividades de pesquisa e extensão e divisão das categorias profissionais.

Nesse cenário, tornaram-se notórias as ações de agentes políticos que atuam nos poderes legislativo e executivo, com mentalidade privatista, que consideram as universidades públicas como empresas, tendo ocasionado a redução de concursos públicos para cargos efetivos; terceirização; cortes e contingenciamentos no orçamento destinado às universidades; diminuição do financiamento das atividades de pesquisa e extensão para as áreas de Ciências Humanas e Sociais; desvalorização dos planos de carreira docentes e sucateamento da infraestrutura. (Schlesener; Lima, 2021; Silva; Maia Filho; Rabelo, 2020).

“O medo do desemprego e o aumento da sensação de risco, provenientes da corrosão dos direitos trabalhistas e da redução dos investimentos sociais, submeteram os trabalhadores a um novo modelo de gestão do trabalho” (Fávero; Bechi, 2020, p. 10). Nas universidades públicas, principalmente estaduais, a preocupação constante em se manter empregados e se manterem em uma posição vantajosa de disputa campo acadêmico, tem provocado um mal-estar entre docentes, autorresponsabilização, corrida para obtenção de certificados que pontuam e aumento do trabalho doméstico (que corresponde ao trabalho realizado fora do ambiente de trabalho, aos finais de semana,

em férias e feriados). Ao passo que o adoecimento de professores universitários tem aumentado, constata-se também que há um receio de apresentar atestados médicos e solicitar licença saúde, visto que isso implica estar fora do campo acadêmico - mesmo que por um dia-, e em algumas universidades pode levar a descontos em vale transporte ou alimentação. (Vasconcelos; Lima, 2021).

A Universidade Estadual de Goiás é um dos exemplos de instituição de ensino superior pública que tem enfrentado desafios para evitar o fechamento de cursos, buscar melhorias na infraestrutura física e reduzir o número de contratações com vínculos precários. (Souza, 2021).

Fávero e Bechi (2020, p. 15), afirmam que:

A precarização das condições de trabalho docente atinge, diretamente, e com maior intensidade, os professores temporários e/ou contratados por hora de trabalho (subcontratados). Esses profissionais não têm estabilidade, recebem salários mais baixos, pois não estão inclusos em planos de carreira, não têm direito a gratificações e, em muitos casos, não recebem décimo terceiro, férias, dentre outros direitos que são garantidos aos professores efetivos. Com relação às formas de contratação, há professores-horistas exercendo suas funções sem carteira de trabalho assinada ou sem qualquer proteção legal. A instabilidade quanto à conquista/manutenção do emprego e os baixos salários pressionam os docentes a ampliar a carga horária via contratos provisórios, enfraquecem o vínculo com as IES e estimulam as “carreiras nômades”.

As contratações temporárias deveriam existir para professores substitutos, a exemplo das substituições de docentes que estão em função de gestão ou para os que estão com afastamento por licença médica, férias-prêmio, entre outras situações. No entanto, tem ocorrido uma normalização das contratações temporárias por anos consecutivos de professores para ocuparem vagas que deveriam constituir cargos para concursos públicos. Desse modo, não atuam como professores substitutos, pois não estão substituindo outros docentes.

Na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), os processos seletivos simplificados (PSSs) em larga escala, a cada um ou dois anos, tem propiciado a constituição de vagas com disciplinas de áreas distintas, o que demanda a necessidade de professores com amplo capital cultural, tendo que assumir disciplinas que não possuem aderência com a sua formação acadêmica. Os professores contratados nessas condições possuem também uma dificuldade para desenvolverem projetos de pesquisa a longo prazo, visto que os seus contratos de trabalho serão interrompidos ao final de um ou dois anos. (Francklin; Fernandes, 2018).

Até mesmo para os processos de seleção para contratações temporárias em universidades públicas estaduais, a concorrência para algumas vagas tem sido elevada. É necessário lembrar que se trata de profissionais que se dedicaram aos estudos com uma média de quatro anos para graduação, dois para mestrado, quatro para doutorado, tendo realizado, talvez, um ou mais pós-doutorados. São profissionais que dedicam horas invisíveis de estudos/trabalhos para desenvolverem pesquisas, escreverem artigos científicos e outras produções acadêmicas, organizarem eventos, participarem de bancas examinadoras e desenvolverem outras atividades que comprometem o seu tempo de lazer, descanso e com família (Prata-Ferreira; Vasques-Menezes, 2021). Verifica-se que é desproporcional o grau de exigência para a formação do profissional em relação à sua valorização.

Em face dos ataques sofridos pelas universidades públicas, é que surge a necessidade de mobilizações para a reivindicação de melhores condições de trabalho, ampliação do orçamento para as universidades e de outras melhorias para toda a comunidade acadêmica. Entre as diferentes formas de organização pela luta por direitos que foram e também pelos que estão sendo retirados da comunidade acadêmica, existem as associações e sindicatos dos professores. É possível considerar que essas organizações começaram a se consolidar entre as décadas de 1960 e 1970, mas sua existência já era notada em décadas anteriores (Marino, 2022).

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), foi criada em 1981. Tornou-se sindicato nacional no ano de 1988. Marino (2022, p. 99) explica que:

A ANDES surgiu como uma entidade nacional, representativa, com uma organização interna democrática estabelecida nas bases do movimento. Aglutina associações sindicais oriundas de universidades federais, estaduais, municipais e particulares que apresentam enorme diversidade em sua estrutura e regulação interna, o que evidencia a complexidade dessa organização, pois cada um desses setores institucionais tem os seus problemas específicos. (Marino, 2022, p. 99).

Nesse sentido, sindicatos de universidades públicas estaduais, assumindo-se como uma seção sindical do ANDES-SN, organizam-se em plenárias, assembleias e outras mobilizações para ouvir as demandas específicas das suas instituições, para posteriormente buscarem diálogo junto às reitorias, assembleias legislativas e governos estaduais em torno das pautas que são apresentadas por docentes. As paralisações e

greve ocorrem quando os diálogos já não são mais suficientes ou não há abertura para diálogo. Todas as ações são realizadas com respaldo nas legislações, seguindo os ritos necessários para que sejam assegurados os direitos legais/constitucionais.

As greves docentes envolvem relações entre o campo acadêmico e o campo político. Tal relação ocorre em um espaço denominado campo de poder, ou seja, “um espaço diferenciado dentro do qual os detentores de poderes diferentes lutam para que seu poder seja o poder legítimo. Uma das implicações das lutas dentro do campo do poder é o poder sobre o Estado como metapoder capaz de agir sobre os diferentes campos” (Bourdieu, 2014, p. 407).

O Estado, detentor do monopólio da violência simbólica, que possui o poder de assegurar determinadas visões, tendo como representantes agentes que assumem uma posição neoliberal, não irá tomar a iniciativa de apontar as fragilidades das instituições públicas e fazer algo por elas. As pessoas que estão fora do campo acadêmico não conseguem visualizar a real desvalorização das universidades públicas, justamente por que não estão inseridas naquele campo. Por essas e outras razões, torna-se necessária a articulação de docentes, a participação ativa em plenárias, assembleias e manifestações para serem percebidos (Bourdieu, 2023), o que implica em dar visibilidade aos seus direitos que estão sendo negados.

Uma pesquisa realizada com docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), constatou que há desmotivação por parte dos docentes na organização coletiva devido ao excesso de trabalho e metas cada vez mais elevadas para cumprir, o que afeta a reflexão e criticidade sobre as suas condições de trabalho. (Júnior, 2019).

No que concerne à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Moura (2018, p. 134) afirma que:

Os salários precarizados geram insatisfação permanente e têm mobilizado os docentes junto à Adunimontes, resultando em greves e negociações com o governo de Minas. A última greve, de 2016, durou mais de cem dias, com pouquíssimas conquistas e ainda gerou sobrecarga de trabalho.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg/Andes-SN) buscou, no ano de 2023, um consenso progressivo, evitando o exagero de votações/deliberações em assembleias. (Anjos; Gadini; Campos, 2024).

Trata-se de uma estratégia ousada, com o objetivo de fortalecer a adesão dos servidores nas assembleias, visto que um dos maiores desafios é sensibilizar o maior número de docentes para participarem ativamente.

Nas universidades públicas federais, o docente pode manter o seu contrato temporário consecutivamente por até dois anos, ao passo que em muitas universidades públicas estaduais, essa limitação não é exigida, a exemplo da UEMG e da Unimontes, em que os contratos têm se estendido por longos anos, desde que os docentes sejam aprovados em novos PSSs. O número elevado de vínculos precários é um obstáculo para a adesão de docentes nas plenárias e assembleias sindicais, pois não são todos que adquirem um sentimento de pertencimento à instituição, e também possuem pouco tempo disponível devido aos outros vínculos profissionais que necessitam adquirir. Por essas e outras razões, a organização coletiva nas universidades públicas estaduais tem se fortalecido paulatinamente.

O trabalho docente na Universidade do Estado de Minas Gerais

A UEMG atualmente possui aproximadamente 21.000 alunos matriculados, 1699 docentes, 597 técnico-administrativos, 141 cursos de graduação, 23 cursos de especialização, dez programas de mestrado e quatro de doutorado. (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024a, on-line). É constituída por 22 unidades acadêmicas, em 19 cidades mineiras, tendo a sua sede em Belo Horizonte.

O número de professores efetivos na UEMG após a exoneração dos servidores efetivados pela Lei Complementar Nº100/2007 era de apenas 8%. Esse percentual elevou-se no segundo semestre de 2017 (Francklin, 2022), posteriormente em 2020 para aproximadamente 54% (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2020, on-line) e em 2021 para cerca de 72% (Agência Minas, 2021, on-line). Apesar de o número de nomeações e posse de docentes da UEMG ter aumentado significativamente nos últimos anos, em alguns casos, as nomeações ocorreram mediante mandados de segurança, visto que havia vagas ociosas, docentes aprovados em concurso público válido, e não eram nomeados e empossados.

No ano de 2022 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais as leis de convocação dos docentes da educação básica e ensino superior no estado de Minas Gerais (MG). (Portal do Supremo Tribunal Federal, 2022, on-line). O governo já havia até mesmo alterado a nomenclatura de designados para convocados, a partir do ano de 2021, para se referir aos servidores com vínculos precários de trabalho. O prazo para as adequações determinadas pelo STF passou a ser de 24 meses, e por esse motivo, em 2024 a Assembleia Legislativa de MG aprovou o PL 875/23, que estabelece prazos para concursos públicos, regras para recontratações, critérios para preenchimento das vagas. (Estado de Minas, 2024, on-line).

A instabilidade das vagas ocupadas pelos professores convocados gera prejuízos para o desempenho desses docentes no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão. (Francklin; Fernandes, 2023; 2024a). Ao final de um ou dois anos, os seus contratos de trabalho são interrompidos, e também podem ser exonerados quando há remoções de efetivos de uma unidade acadêmica para outra.

No que concerne às condições de trabalho dos professores temporários da UEMG, “[...] não são computados como encargos didáticos a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), não podem pleitear algumas funções de gestão e não podem concorrer a editais de pesquisa de determinadas agências de fomento”. (Francklin; Fernandes, 2024b, p. 09). Além dessas restrições, possuem entre 16 e 18 aulas semanais, para vagas de 30 horas semanais.

No ano de 2024, o governo do estado de MG avançou nas articulações políticas para buscar aprovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O argumento utilizado foi a dificuldade de pagar a dívida bilionária do estado com a União. A adesão a esse regime implicaria, entre outras medidas, em congelamento dos salários dos servidores públicos e a não publicação de novos editais de concursos públicos.

A remuneração dos docentes da UEMG, que já está muito defasada, ficaria ainda mais com a aprovação das medidas estabelecidas pelo RRF. No quadro a seguir, é apresentada a remuneração para o início da carreira docente efetivo na UEMG, para professores aprovados em concurso público de provas e títulos (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024, on-line).

Quadro 01 – Remuneração de Professor de Educação Superior na UEMG, sem dedicação exclusiva

Titulação	Nível	Grau	Carga horária semanal	Vencimento básico	GDPES inicial	Gratificação de incentivo à docência	Remuneração inicial
Mestre	IV	A	40 HORAS	3.042,94	1.450,83	608,59	5.102,36
Doutor	VI	A	40 HORAS	4.381,82	2.230,28	876,36	7.488,46

Fonte: Edital de Concurso Público UEMG Nº. 02/2024, de 09 de maio de 2024.

Para esse artigo, não foi possível obter um comparativo entre as remunerações de docentes que trabalham em universidades públicas estaduais. No entanto, pelas informações apresentadas no quadro 01, observa-se que o vencimento básico é muito baixo, levando-se em consideração a titulação exigida e a carga horária de trabalho. Para os representantes da Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG), a remuneração dos professores da UEMG é a segunda pior entre as universidades públicas estaduais brasileiras (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023, on-line).

Na UEMG, poucos professores possuem regime de Dedição Exclusiva (DE). Ela é concedida, geralmente, para docentes que exercem determinadas funções de gestão e que realizam a solicitação. Há unidades acadêmicas em que os diretores acadêmicos não recebem gratificações, tendo a DE como o único benefício financeiro para o exercício da função. Há funções de gestão, a exemplo das coordenações de pesquisa e extensão em unidades acadêmica que não fazem jus à DE.

Os docentes da UEMG passaram a receber, a partir do ano de 2018, a ajuda de custo. Ela é paga proporcionalmente ao número de dias trabalhados em cada mês, para servidores que ocupam cargos de no mínimo 30 horas semanais, tendo que trabalhar no mínimo seis horas diárias. Os valores são de 50,00 reais fixos e 25,00 variáveis por dias

trabalhados. O valor de 25,00 é variável pelo fato de estar condicionado ao cumprimento de metas pela universidade. (Minas Gerais, 2022, on-line).

Algumas alterações nas atribuições de encargos didáticos de professores da UEMG nos últimos anos tiveram posicionamentos contrários de grande parte do corpo docente, mas foram implementados, tais como: 1) a Portaria/UEMG nº103 de 27 de agosto de 2021, que estabelece critérios para a concessão de Jornada de Trabalho Estendida (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2021, on-line); 2) a priorização de vagas para 30 horas de trabalho semanais para convocações, tendo uma média de 16 a 18 encargos didáticos semanais (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2020, on-line); 3) docentes em função de gestão terem que manter o mínimo de oito encargos didáticos em sala de aula semanalmente em cada semestre letivo (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023, on-line). Essas alterações elevaram o número de horas aulas ministradas pelos docentes da UEMG, provocando a diminuição do tempo dispendido para a pesquisa, extensão e gestão na universidade.

O fato de haver um número elevado de docentes contrários a uma resolução, portaria ou outra normativa proposta para a UEMG, não garante a sua reprovação. Isso ocorre porque são os órgãos superiores da universidade que deliberam a favor ou contra. O Conselho Universitário (CONUN) é o órgão máximo da UEMG, seguido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). São os membros desses órgãos que votam, dependendo das pautas, secretamente, acatando ou não os interesses da maior parte da comunidade acadêmica.

Nos últimos anos, o orçamento do governo estadual mineiro destinado para a UEMG tem sido reduzido. Estima-se que seja entre 0,3 e 0,4 porcento do orçamento geral do estado de MG. (ANDES-SN, 2024, on-line). Essa redução orçamentária implicou na precarização da infraestrutura física das unidades acadêmicas, aquisição de insumos e recursos materiais para os cursos de graduação, na redução de bolsas para os editais de monitoria acadêmica e editais de pesquisa e extensão, e na ausência de publicações de novos editais de produtividade em pesquisa para docentes.

Neste cenário de forte precarização e intensificação do trabalho docente na UEMG, orçamento reduzido para a universidade e ameaças de novas medidas que

afetam negativamente a comunidade acadêmica, é que começaram a ocorrer paralisações e plenárias de docentes nas unidades acadêmicas.

A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais no ano de 2024

A ADUEMG é uma seção sindical do Sindicato Nacional dos docentes em Ensino Superior (ANDES-SN). Os professores que constituem chapas e se elegem como representantes da categoria de docentes da UEMG pela ADUEMG não são liberados de seus encargos didáticos e encargos docentes, devendo conciliar o trabalho na universidade com as atividades sindicais.

No dia 29 de abril do ano de 2024 foi realizada uma assembleia de docentes da UEMG, convocada pela ADUEMG. A participação foi virtual, tendo aproximadamente 500 professores, que deliberaram pela greve docente a partir do dia 02 de maio, por tempo indeterminado. (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024a, on-line).

“Sempre se pode questionar a justiça ou a injustiça da distribuição no espaço estruturado segundo a distribuição do poder econômico, do poder simbólico ou do poder religioso...” (Bourdieu, 2023, p. 47). Destarte, a greve é uma estratégia legal, desde que seguindo os trâmites estabelecidos pela legislação pertinente, que possibilita a luta por distribuições de poderes que viabilizam a aquisição de capitais de modo justo.

As principais reivindicações do movimento grevista da UEMG foram: 1) o cumprimento da autonomia universitária; 2) aumento do orçamento destinado à UEMG para até 2%; 3) o cumprimento do acordo de greve homologado no ano de 2018; 4) recomposição salarial para os docentes devido à perda de aproximadamente 76% nos últimos dez anos; 5) publicação de um cronograma de concursos públicos para docentes e também para os servidores técnico-administrativos; 6) direito ao recebimento da ajuda de custo no período de licenças médicas e licenças-maternidade/paternidade; 7) implementação de políticas estruturantes para a assistência estudantil, a exemplo de Restaurantes Universitários (RU) e moradia estudantil; 8) a retirada do texto que previa o não pagamento por titulação para docentes convocados no PL 875/2023; 9) o

pagamento de gratificações para o exercício das funções de gestão na universidade; 10) a concessão de DE para todos os docentes que se dedicam à pesquisa e extensão; 11) o aumento do valor pago pela ajuda de custo; 12) a autorização para a ampliação da jornada de trabalho de docentes efetivos que estão com 20 horas semanais para 40 horas semanais; 13) o pagamento por titulação para docentes estejam cumprindo o período de estágio probatório. (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024b, on-line).

A greve docente da UEMG teve a adesão de aproximadamente 80,9% da categoria, contando com a adesão de docentes que atuam em 19 unidades acadêmicas (Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line). Fazendo uma analogia da greve com o jogo, na perspectiva bourdieusiana, entende-se que os agentes entraram no jogo pelo fato de acreditarem nele, que vale a pena jogar o jogo, assumir as suas regras e realizar um investimento.

Bourdieu explica que:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios gerados e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sento tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (2013, p. 87).

Nessa perspectiva, é possível que o *habitus* profissional dos docentes da UEMG, resultante de um número maior de vínculos efetivos (mesmo que ainda aquém do desejável), de paralisações, plenárias e assembleias da ADUEMG, tenha propiciado práticas distintas de outros contextos da universidade, que consequentemente fortaleceram a movimento grevista.

Desde o início da greve, a diretoria da ADUEMG e integrantes do Comando Geral de Greve solicitaram a formação de uma mesa de negociações com representantes do governo estadual mineiro, não sendo atendidos. Nesse período inicial de mobilizações, já circulava a informação de que a ajuda de custo, referente aos dias de greve, não seria paga aos que aderiram ao movimento grevista. E mesmo assim, em

reunião com a Reitoria da universidade, algumas atividades consideradas essenciais foram mantidas.

O campo acadêmico, durante a greve da UEMG, pareceu ser um espaço de disputas entre agentes que buscavam ampliar os seus diferentes capitais, sobretudo econômico, e aqueles que buscavam se manter na posição dominante, tendo que para isso se alinhar (mesmo que de maneira não declarada) ao governo estadual mineiro. Desse modo, mesmo havendo posições contrárias entre a maioria que aderiu e a minoria que não aderiu à greve, não era essa a maior disputa naquele momento, mas sim entre agentes com posições desiguais no mesmo campo. Ao passo que o primeiro grupo de agentes desejava romper com a *doxa*, entendida aqui como “ponto de vista dos dominantes” (Bourdieu, 1996, p. 120), o segundo jogava pela sua manutenção.

No campo político, ocorreram mobilizações entre deputados estaduais, que disputavam a legitimidade do discurso. Havia os deputados declaradamente favoráveis ao movimento de greve da UEMG, votando e articulando em favor dos docentes e estudantes da universidade. Por outro lado, eram a maioria os deputados que somente discursavam em defesa das pautas apresentadas, votando e articulando na Assembleia Legislativa contra propostas apresentadas que poderiam atender parte dos pontos de pauta da greve.

As redes sociais foram amplamente utilizadas para tentar legitimar os discursos. Bourdieu (2023, p. 44) defende que “[...] os agentes sociais estão em competição pelo ponto de vista correto sobre o espaço. Há uma espécie de política da percepção do mundo social, e a política é a luta pela percepção legítima do mundo social”. As disputas pelas narrativas dominantes eram realizadas por diferentes postagens. Vereadores, prefeitos e deputados declaravam o seu apoio à greve da UEMG, mas poucas articulações eram vistas na prática para atender ao menos parte das reivindicações.

Conforme afirma Bourdieu (2023, p. 108-109):

As lutas políticas têm como objetivo conservar ou transformar a visão ao transformar ou conservar os princípios de divisão, e em particular os princípios de divisão do mundo social, porque aquilo que se joga através dessa luta para conservar e transformar os princípios de divisão é o ser-percebido, o *percipi*, quer dizer, o ser dos agentes sociais que jogam esses jogos de percepção no mundo social.

O uso estratégico das redes sociais foi um diferencial nas lutas entre os agentes no campo político. São exemplos o corte e edição de um vídeo de deputado com estudantes e professores, levando a imagem de que estaria resolvendo os problemas relatados e os vídeos provocativos, que tinham por finalidade servir como uma cilada, pois com os comentários e compartilhamentos, os *posts* e perfis eram impulsionados e tinham mais engajamento.

As lutas no campo político talvez sejam melhor compreendidas quando relacionadas com o campo de poder. Para Bourdieu (2014, p. 267) “um dos princípios unificadores do campo de poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital”. Nessa perspectiva, não era difícil entender a posição de cada agente no campo político, visto que estavam alinhados aos interesses de quem representavam no campo de poder.

Bourdieu (2013, p. 168) afirma que “[...] o princípio fundamental e sua reciprocidade implicam por sua vez que aquele que entra em uma troca de honra (lançando ou aceitando um desafio) com alguém que não é seu igual em honra se desonra”. Entendendo a honra e desonra como posição de superioridade e inferioridade, essa analogia pode contribuir para a análise sobre o movimento de cada agente durante a greve da UEMG, seja no campo acadêmico, seja no campo político, visto que os passos para frente ou para trás foram bem articulados em cada ofensiva ou recuo dos adversários.

A medida que mais penalizou os docentes que aderiram à greve e foram coerentes no preenchimento do ponto foi o corte no pagamento da ajuda de custo, visto que trata-se de docentes que já recebem uma remuneração baixa e enfrentam precárias condições de trabalho. Bourdieu (1996, p. 139) afirma que “a *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que vale a pena jogar”. Nesse sentido, muitos docentes aderiram à greve cientes dos riscos, mas acreditaram valer a pena investir na mobilização, mesmo que para ganhos em longo prazo.

Entre as discussões e preocupações que mais afetaram os docentes que aderiram à greve, foi o preenchimento da folha de ponto. Mesmo com a orientação da ADUEMG, estima-se que docentes grevistas tenham preenchido o ponto parcialmente, atribuindo

um ou mais dias da semana para atividades distintas do ensino. Essa estratégia consistia, supostamente, em diminuir o impacto do corte na ajuda de custo. Por outro lado, intercalar os dias de greve poderia significar um enfraquecimento do movimento.

No mês de julho, ocorreu um acordo para o pagamento gradual da ajuda de custo referente ao período de greve, para os docentes que aderiram à greve e que preenchessem um sexto dia de ponto semanalmente, com carga horária mínima de 6 horas diárias. Os docentes poderiam receber os valores proporcionais até o mês de fevereiro do ano de 2025 (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line). Apesar da restituição da ajuda de custo fragmentada em muitos meses, foi uma vitória para os docentes que se declararam a favor da greve.

Semanalmente ocorriam novas assembleias de docentes, que deliberavam sobre a continuidade ou não da greve, que se encerrou no dia 01 de julho. Para os agentes que estavam envolvidos com a greve, era necessário saber jogar o jogo, antecipar as jogadas, tendo o senso do jogo, prever as jogadas dos adversários (Bourdieu, 2013). Manter a greve por mais tempo implicaria em assumir um elevado risco de judicialização por parte do governo estadual, em um cenário que não apresentava novas possibilidades de ganhos.

Para Bourdieu (2023, p. 116):

O princípio de discernimento, de juízo, a *diacrisis* fundamental será diferente no jogo que se joga no campo acadêmico, no campo econômico ou no campo político. Aqui uns enxergarão as diferenças e outros não. Aqui uns enxergarão interesse, possibilidades de lucros, e outros nem sequer verão o não interessante, já que serão indiferentes, o que é muito diferente. O interesse, portanto, supõe um investimento fundamental no jogo e a propensão a investir.

Tendo em vista que as pessoas que estão fora do campo acadêmico não compreendem o que faz sentido naquele campo, as suas regras e capitais, dificilmente iriam apoiar de maneira ativa as atividades do movimento grevista. Foram válidas as diferentes divulgações das atividades extensionistas e de pesquisas promovidas pela universidade em praças públicas, nas redes sociais, rádios e programas de TV. Entretanto, constatou-se que o trabalho de conscientização da população para apoiar a causa da UEMG foi insuficiente, o que não é raro quando se trata de convencer alguém que está fora do campo a entender o que se passa dentro de um determinado campo.

Entre as conquistas obtidas pela greve docente da UEMG, destaca-se: 1) a elaboração de um cronograma de concursos públicos para docentes, técnicos administrativos e analistas da UEMG; 2) voto ao texto que previa o não pagamento por titulação para docentes convocados no PL 875/2023; 3) o pagamento da ajuda custo para docentes em situação de licenças médicas, luto e maternidade/paternidade, incluído no artigo 8º do PL 2.309/2024; 4) aprovação do PL 1371/2023, que possibilitará a construção de dois RUs na UEMG; 5) uma recomposição parcial no orçamento para a publicação de novos editais com bolsas de produtividade em pesquisa para docentes, apoio a estudantes e gastos com pessoal. (Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line).

No decorrer da greve também foram constituídos dois Grupos de Trabalhos (GTs). Um deles para discutirem e elaborarem propostas para o aumento de concessões de DE e gratificações para professores em função de gestão e outro para alteração do regime de trabalho de docentes com jornadas de 20 horas para 40 horas de trabalho semanais. O segundo GT obteve êxito, culminando na aprovação da Resolução CONUN/UEMG nº 634, de 29 de agosto de 2024 (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024b, on-line).

Uma outra vantagem obtida por meio da greve foi o desconto em folha de pagamento para a contribuição dos docentes à ADUEMG. Essa autorização poderá contribuir para aumentar o número de filiados e fortalecer o sindicato.

Constata-se que as relações entre o campo acadêmico e o campo político durante a greve de docentes da UEMG foi necessária, visto que não seria possível conquistar os direitos mencionados apenas dentro de um dos campos.

Considerações Finais

A greve de docentes da UEMG no ano de 2024 representou um elevado investimento para os agentes no campo acadêmico. A manutenção da ajuda de custo para todos os servidores públicos estaduais em casos de licenças saúde/luto/maternidade/paternidade talvez seja uma das maiores conquistas obtidas. É justamente nesses momentos de licenças que os docentes provavelmente possuem mais

despesas, e necessitam da integralidade de sua remuneração, principalmente por receberem uma baixa remuneração.

Em diferentes ocasiões o campo acadêmico se aproximou do campo político, visto que as lutas pelos distintos capitais não seriam possíveis apenas em um campo. O Comando Geral de Greve e membros da Diretoria da ADUEMG buscavam a articulação política em reuniões com a Reitoria da UEMG e com representantes do governo estadual mineiro. Os docentes grevistas da UEMG utilizavam as redes sociais para tentar incomodar políticos aliados do governo Zema e sensibilizá-los para as pautas apresentadas pelo movimento de greve.

Devido à limitação do número de páginas para esse artigo e tempo de realização do presente estudo, não foi possível aprofundar na análise de todos os desdobramentos da greve de docentes da UEMG em 2024. Sugere-se a continuidade dos estudos, com uma publicação mais ampla, para divulgar e aumentar as mobilizações em torno da valorização de docentes e toda a comunidade acadêmica da UEMG.

Referências:

- AGÊNCIA MINAS. *Uemg ganha 180 novos professores para expansão das atividades em 14 municípios mineiros*. Publicado em 05 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/uemg-ganha-180-novos-professores-para-expansao-das-atividades-em-14-municpios-mineiros>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- ANDES-SN. *Docentes das Estaduais de MG cobram mais orçamento, salário e carreira em audiência pública*. 2024. Brasília, 27/03/2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-das-universidades-estaduais-de-mG-cobram-mais-orcamento-salario-e-carreira-em-audiencia-publica1>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- Anjos, M. M. P. dos; Gadini, S. L.; Campos, N. de. O consenso progressivo como método de gestão democrática em movimentos sociais: experiência de um consenso progressivo na greve dos professores da UEPG em 2023. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/261424>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Carta-manifesto da ADUEMG entregue na Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte, set., 2023. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/carta-manifesto-da-aduemg-entregue-na-assembleia-legislativa-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Em assembleia histórica e com recorde de participação, docentes da UEMG aprovam greve por tempo indeterminado*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/em-assembleia-hist%C3%83rica-e-com-recorde->

de-participa%C3%A7%C3%A3o-docentes-da-uemg-aprovam-greve-por-tempo-inde. Acesso em: 11 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *ADUEMG se reúne com Luísa Barreto (SEPLAG) na Cidade Administrativa em nova tentativa de resolver as demandas da categoria*. Belo Horizonte, 2024b. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/aduemg-se-re%C3%BAne-com-lu%C3%ADsa-barreto-seplag-na-cidade-administrativa-em-nova-tentativa-de-resolver-a>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Comunicado do Comando Geral de Greve e da Associação dos e das Docentes da UEMG (ADUEMG)*. Belo Horizonte, 2024c. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/comunicado-do-comando-geral-de-greve-e-da-associa%C3%A7%C3%A3o-dos-e-das-docentes-da-uemg-aduemg>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Bourdieu, P. *Sobre o Estado*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573p.

Bourdieu, P. *O senso prático*. Trad. Odaci Luiz Coradini, 3 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Bourdieu, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4 ed. Trad. Mariza Corrêa, Campinas, SP: Papirus, 1996. 224p.

Bourdieu, P. *Sociologia Geral*. Vol. 4: Princípios de Visão. Curso no Collège de France (1984-1985). Trad. Fábio Ribeiro, Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. 367p.

Chizzotti, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2000.

Fávero, A. A.; Bechi, D. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na Educação Superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 28, n. 13, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444032>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Francklin, A. *O trabalho docente em uma universidade pública estadual*. São Paulo: Editora Dialética, 2022. 262 f.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. As implicações das contratações temporárias para a docência no ensino superior. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 24, n. 49, p. 01-16, 2024a. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1587/1640>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. Jogando o jogo: análise sobre a participação de docentes convocados nos processos seletivos simplificados em uma universidade pública estadual. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 26, p. 1-22, 2024b. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/5211/4902>. Acesso em: 03 set. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. As condições de trabalho de professores temporários no ensino superior. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/38775/25954>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. Os processos seletivos simplificados da UEMG: Análise da precarização do trabalho docente dos professores designados. *Revista Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 694-713, set./dez., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7070/2873>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Júnior, J. R. de L. *Desafios, dificuldades e incertezas no trabalho do professor universitário*. Estudo de caso em uma universidade pública no interior do Estado de São Paulo. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2019.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed., São Paulo: Editora Atlas, 2010. 297 p.

Marino, P. A. *O sindicalismo docente nas universidades estaduais do Paraná*: uma análise do período 2011-2018. 462f., 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/3784>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Resolução Conjunta COFIN/UEMG Nº 002, de 30 de dezembro de 2022. *Minas Gerais*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, ano 130, Nº 266, p. 20, 31 dez., 2022. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/index.php?dataJornal=2022-12-31>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Moura, A. A. V. *Desdobramentos da crise estrutural do capital no trabalho docente: a intensificação e o adoecimento*. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/32375>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Pires, S. “*Professor temporário*”, a exceção que virou regra em Minas. Estado de Minas. Publicado em 24 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2024/05/6863791-professor-temporario-a-excecao-que-virou-regra-em-minas.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Prata-Ferreira, P. A.; Vasques-Menezes, I. Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso? *Psicologia em Estudo*, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/rq8V9xSpq5S8bhRp4rkdHqC/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

Schlesener, A. H.; Lima M. F. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxeducativa>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Silva, M. L. da; Maia Filho, O. N.; Rabelo, J. J. As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a realidade de uma universidade pública. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 215-234, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1002>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Souza, F. E. O desmantelamento dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás ante as políticas autoritárias de governos. *Itinerarius Reflectionis*, v. 17, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/67331>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Leis de MG que permitiam convocação temporária de professores sem concurso são inválidas, decide STF*. Publicado em 25 de maio de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=487720&ori=1>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *A UEMG em números*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Edital de Concurso Público UEMG Nº. 02/2024, de 09 de maio de 2024*. Belo Horizonte, 2024a. Disponível em: <https://uemg.br/component/phocadownload/category/3201-edital-de-concurso-publico-n-2-2024-professor-universitario-abaete>. Acesso em: 01 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Docentes da UEMG recebem orientações sobre mudança para regime integral*. Publicado em 06 de setembro de 2024. Belo Horizonte, 2024b. Disponível em: <https://uemg.br/noticias-1/17100-docentes-da-uemg-recebem-orientacoes-sobre-mudanca-para-regime-integral>. Acesso em: 09 set. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Memorando-Circular nº 5/2024/UEMG/GAP. Orientações – Frequência Professores e Reposição de Período de Greve*. 22 de julho de 2024, Belo Horizonte, 2024c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Portaria/UEMG Nº 103, de 27 de agosto de 2021*. Publicada em 30 de agosto de 2021. Altera a Portaria/UEMG Nº 089, de 11 de setembro de 2020, que estabelece critérios para a concessão de Jornada de Trabalho Estendida no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/content/article/217-gabinete/portarias/7546-portaria-uemg-n-103-27-de-agosto-de-2021?Itemid=437>. Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN/UEMG Nº 482, de 30 de dezembro de 2020: Estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais*. Publicado em 31 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/5481-resolucao-conun-uemg-n-482-de-30-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN/UEMG Nº 616, de 12 de dezembro de 2023: Altera a Resolução CONUN/UEMG nº372/2017, de 05 de outubro de 2017, que dispõe sobre atribuições de encargo ao professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências*. Publicado em 14 de dezembro de 2023. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/14965-resolucao-conun-uemg-n-616-de-12-de-dezembro-de-2023-altera-a-resolucao-conun-uemg-n-372-2017-de-05-de-outubro-2017-que-dispoe-sobre-atribuicoes-de-encargo-ao-professor-criacao-da-comissao-permanente-de-gestao-de-docentes-cpgd-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Solenidade marca posse de centenas de novos professores efetivos da UEMG*. Publicado em 12 de março de 2020, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/noticias-1/3926-solenidade-marca-posse-de-centenas-de-novos-professores-efetivos-da-uemg>. Acesso em: 07 ago. 2024.

Vasconcelos, I.; Lima, R. de L. de. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 364-374, mai./ago.,

2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gPZCCBpkHMbpbnMQ3bD9GPp/>.
Acesso em: 03 ago. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Pú blicas é a licença
Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024
Aprovado em: 30/11/2024